

doi <https://doi.org/10.5335/vjnpp535>

Um golpe militar nos estertores do Estado Novo: ensaio de crítica historiográfica

Un golpe militar en los estertores del Estado Novo: ensayo de crítica historiográfica

A military coup in the final throes of the Estado Novo: an essay in historiographical critique

BERNARDO ROCHA CARVALHO¹  
FRANCISCO QUARTIM DE MORAES²  

Resumo:

O artigo reavalia criticamente as interpretações sobre o golpe militar de 29 de outubro de 1945, que depôs Getúlio Vargas quando já havia eleições marcadas e um processo de transição em curso. Sustenta-se que a explicação tradicional, que vincula o fim do Estado Novo à derrota dos regimes nazifascistas na Segunda Guerra Mundial, é reducionista e limitada no recurso à documentação primária. Busca-se demonstrar que o golpe resultou da convergência entre: a crise de autoridade do alto comando militar; o receio oligárquico ante a política de massas agitada pelo queremismo e a reorganização do trabalhismo em contexto de transição; a anistia e a legalização do PCB; e a influência regional das mobilizações peronistas na Argentina.

Palavras-chave: Estado Novo. Golpes militares. Redemocratização.

Resumen:

El artículo reevalúa críticamente las interpretaciones sobre el golpe militar del 29 de octubre de 1945, que depuso a Getúlio Vargas cuando ya había elecciones marcadas y un proceso de transición en curso. Se sostiene que la explicación tradicional, que vincula el fin del Estado Novo con la derrota de los regímenes nazi-fascistas en la Segunda Guerra Mundial, es reduccionista y limitada en su recurso a la documentación primaria. Se busca demostrar que el golpe resultó de la convergencia entre: la crisis de autoridad en la cúpula militar; el temor oligárquico ante la política de masas impulsada por el “queremismo” y la reorganización del laborismo en un contexto de transición; la amnistía y la legalización del PCB; y la influencia regional de las movilizaciones peronistas en Argentina.

Palabras clave: Estado Novo. Golpes militares. Redemocratización.

¹ Doutor (2024) em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre (2018) em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Graduado (2012) em História pela Universidade Federal de São João Del-Rei. Bolsista FAPEMIG de Desenvolvimento em Ciência, Tecnologia e Inovação no projeto Sistema Multiusuário do Centro de Memória Cultural do Sul de Minas: documentação, conservação, oralidade e imagens, da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) - unidade Campanha.

² Doutor (2022) em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre (2016) em História Econômica e graduado (2011) em História pela mesma instituição. Licenciado (2023) em História pela Faculdade de Educação Paulistana. Atualmente elabora pesquisa de pós-doutorado na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Abstract:

The article critically reexamines interpretations of the military coup of October 29, 1945, which deposed Getúlio Vargas when elections were already scheduled and a political transition was underway. It argues that the traditional explanation—linking the end of the Estado Novo to the defeat of the Nazi-Fascist regimes in World War II—is reductionist and makes limited use of primary documentation. The article seeks to demonstrate that the coup resulted from the convergence of: the crisis of authority within the military high command; oligarchic fears of mass politics fuelled by the *queremista* movement and by the reorganization of labourism in a transitional context; the amnesty and legalization of the Brazilian Communist Party (PCB); and the regional influence of Peronist mobilizations in Argentina.

Keywords: Estado Novo. Military Coups. Re-democratization.

Considerações iniciais

O ano de 1945 foi um dos mais atribulados na história política do Brasil. A ditadura varguista do Estado Novo já apresentava sinais de esgotamento, motivando distintas providências por parte dos interessados em conduzir ou influenciar o desfecho. Presos políticos foram anistiados, a censura foi abrandada, fundaram-se partidos políticos à direita e à esquerda, eleições presidenciais foram marcadas, e uma das pautas principais na agenda pública brasileira – se não a principal – era o ensejo de uma nova Constituição. Relacionados desta forma, estes fatos parecem integrar um consistente processo de redemocratização. Contudo, em 29 de outubro, Getúlio Vargas foi derrubado por força de um golpe militar desencadeado pelo alto comando do Exército, apesar de já ter data fixada para deixar o poder (seria em 31 de janeiro de 1946, na posse de seu sucessor, o candidato que saísse vitorioso das eleições presidenciais marcadas para 2 de dezembro de 1945). Por que depor um velho e cansado ditador, que ao ser aconselhado por seu secretário a prender preventivamente um general do Exército e ministro da Guerra que conspirava contra o governo, teria questionado se o ato valeria a pena – “ainda mais para nós, que nada pretendemos a não ser sair em paz e descansar...?” (Vergara, 1960, p. 178).

Com este artigo, objetivamos debater as motivações atribuídas para o fim do Estado Novo, dos agentes envolvidos aos intérpretes contemporâneos. Entre as explicações encontradas na historiografia, dialogamos com aquelas que julgamos apresentar maior rigor no trabalho crítico das fontes e que, portanto, guardam maior coerência com os fatos. Também notamos que uma das explicações mais recorrentes para o golpe de outubro de 1945 não parece se sustentar quando confrontada com a documentação primária e com a referida historiografia crítica. Referimo-nos à vinculação imediata entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o fim do Estado Novo, ou seja, ao que teria sido uma vitória militar das democracias liberais sobre os

regimes autoritários – uma fatalidade para o governo ditatorial vigente no Brasil, vitimado, ainda, pela contradição de ter combatido ao lado das democracias.

A hipótese é sugerida por historiadores amplamente reconhecidos, como Thomas Skidmore (2010), e aparece em muitos veículos e iniciativas de maior alcance do que a historiografia especializada, como no *site* dedicado à história e à memória do jornal *O Globo*, onde consta que “Ao levar o Brasil a aderir aos Aliados, a História estabelecia um prazo para o fim da ditadura do Estado Novo. Afinal, à frente de um regime de inspiração nazi-fascista, Vargas perderia sustentação assim que Hitler e Mussolini fossem derrotados”.ⁱ Outro exemplo se encontra em matéria veiculada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), onde é dito que o “dilema” que teria conduzido ao fim do Estado Novo era “o porquê de se manter uma ditadura no país se [brasileiros] foram lutar pela democracia no estrangeiro?”.ⁱⁱ Para argumentarmos contra esta tese recorrente, note-se, de saída, que embora muita tinta tenha corrido sobre o tema do Estado Novo, existem poucos trabalhos dedicados especificamente ao golpe de 29 de outubro de 1945. Este episódio costuma ficar limitado a algumas páginas ou a um breve comentário quando se escreve sobre a Era Vargas, o que acaba por corroborar a versão idealista e teleológica de um conflito entre democracia e autoritarismo, que aqui será criticada.

O “golpe branco”

Na manhã daquela segunda-feira, o ministro da Guerra, general Góis Monteiro, pôs em curso as operações que ao final do dia resultaram na deposição do presidente Getúlio Vargas. Convencido, após titubear longamente, de que Vargas vinha agindo furtivamente, no sentido de manter-se à frente do poder político do país, naquele momento já estabelecido como de transição entre a ditadura do Estado Novo e um regime político liberal-democrático, o general adotou três medidas consecutivas: elaborou uma carta ao presidente desligando-se do Ministério; redigiu uma proclamação ao povo brasileiro e ao Exército, a fim de tornar público o desligamento; e, por fim, enviou telegramas cifrados a todos os comandantes das regiões militares do país, determinando a entrada em vigor da “Diretiva nº1”, que de acordo com ele, era um “Plano elaborado para defender a ordem e o governo em caso de perturbação subversiva” (Coutinho, 1956, p. 445).ⁱⁱⁱ O evidente contrassenso no ato de desligar-se do governo simultaneamente à decisão de ordenar o desencadeamento de uma medida de tal dimensão se

agravaria ainda pouco depois, quando reunido com outros generais – os “mais chegados” a ele, segundo o próprio Góis Monteiro –, acatou a sugestão de um deles, de que assumisse o posto de Comandante-em-Chefe do conjunto das Forças Armadas, julgando, acompanhado por seus pares, que o presidente “perdera a autoridade para o exercício de suas funções”, e que “depois disso, [o próprio Góis] tomasse conta dos destinos do País, ainda que fosse unicamente para evitar uma luta civil” (Coutinho, 1956, p. 445).

Mais tarde, ainda no mesmo dia, as tropas sediadas no então Distrito Federal já cercavam os pontos considerados estratégicos da cidade do Rio de Janeiro, mas a atenção se voltava completamente para o Palácio Guanabara, residência oficial do presidente, onde Vargas se encontrava, àquela altura já sitiado por artilharia pesada que, estacionada nos jardins, apontava os canhões para o edifício. A negociação com o recém-formado Estado-Maior do golpe, sob o comando de Góis, instalado na sede do Ministério da Guerra, ocorrera por meio do general Eurico Dutra, então candidato à presidência previamente lançado por Vargas, mas que desde aquela manhã se licenciara temporariamente da candidatura, manifestando espontaneamente sua lealdade e obediência a Góis. Dutra, então, repassou para a central militar sublevada as três opções que teriam sido propostas por Vargas para uma solução pacífica da crise,^{iv} mas, em resposta aos presentes que apelaram para que Góis acatasse alguma daquelas proposições e restabelecesse o contato direto com o ainda presidente Vargas, ele afirmava que após ter sido investido no “Comando das Forças de terra, mar e ar”, não poderia aceitar uma solução de “*intermezzo*”, explicando que “quando as tropas deixavam suas casernas por um motivo idêntico ao que ocorrera, não poderiam voltar a elas sem ter alcançado os objetivos que haviam provocado a sua movimentação”, e acrescentou que soluções contemporizadoras seriam, segundo seu julgamento, desmoralizantes tanto para as Forças Armadas como para o próprio governo (Coutinho, 1956, p. 455).

Não aceitando, portanto, nenhum dos encaminhamentos propostos por Vargas, Góis nomeou outro general-mensageiro e o enviou ao Guanabara, segundo suas palavras, “a fim de transmitir ao presidente o meu último pedido, o de ele renunciar ao governo, dando-lhe eu, em troca, todas as garantias, bem como à sua família e aos seus amigos” (Coutinho, 1956, p. 455). Vargas, diante de uma declaração de renúncia redigida pelo próprio Góis, teria dito, por sua vez, ao portador da mensagem: “Preferiria que os senhores me atacassem, porque eu me defenderia. Mas já que se trata de um *golpe branco*, não serei eu o elemento perturbador. Pode dizer a eles que não sou mais presidente” (Lira Neto, 2013, p. 488, ênfase própria).

Posteriormente Vargas ironizaria o movimento golpista como tendo se parecido mais com uma ação de despejo do que com um golpe de Estado, lembrando que um dos métodos dos militares para retirá-lo do Palácio Guanabara foi cortar a luz, a água e o gás e impedir a entrada de funcionários (Lira Neto, 2013, p. 489).

No dia seguinte, José Linhares, ministro do Supremo Tribunal Federal que então presidia a corte, é empossado no lugar de Vargas, em um arranjo que decorreu do acordo entre o general Góis e os outros dois militares que protagonizavam a corrida presidencial naquela que viria a ser a primeira eleição direta para o cargo desde que a Revolução de 1930 encerrara a Primeira República: além do general Dutra, o brigadeiro Eduardo Gomes, que também estivera no dia anterior no Ministério da Guerra e acompanhara de perto os acontecimentos até aqui resumidos. O historiador Thomas Skidmore observa que o fim do Estado Novo não foi “uma vitória conquistada pela influência política do constitucionalismo liberal”, mas antes “um ato de liderança dos generais” (Skidmore, 2010, p. 87).

O mesmo autor, no entanto, em outra passagem do mesmo livro, recorre à versão simplista que aqui será objeto de crítica: segundo o brasilianista, “Os brasileiros se deram conta da anomalia de lutar pela democracia no exterior ao mesmo tempo que representavam uma ditadura no Brasil” (Skidmore, 2010, p. 82). Ora, quais brasileiros? Ao subscrever a este esquema interpretativo dos acontecimentos de 1945, o autor adota acriticamente a versão dos grupos políticos que se beneficiaram do golpe de outubro, aos quais interessava representar tal versão como hegemônica, difundida entre “os brasileiros”. Além disso, nada indica que esta suposta anomalia tenha sido um fator de consideração dos generais que forçaram a deposição de Vargas com eleições marcadas.

Nesta explicação, que aparece em amostra significativa da historiografia contemporânea, a transição de 1945 é abordada de maneira um tanto apressada; parte-se da observação de que com o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, ou seja, de potências “democráticas liberais”, e contra os regimes autoritários do Eixo, uma contradição fatal para o regime estadonovista tornava-se a tal ponto evidente, que diante dela a queda de Vargas seria um desdobramento inerente. De fato, tal contradição foi explorada pelos opositores do regime, que pressionavam por uma transição constitucional publicamente. Este foi o caso do “Manifesto dos Mineiros”, de 24 de outubro de 1943, onde o argumento já aparece explicitamente: “Se lutamos contra o fascismo, ao lado das Nações Unidas, para que a liberdade e a democracia sejam restituídas a todos os povos, certamente não pedimos demais

reclamando para nós mesmos os direitos e as garantias que as caracterizam”. Posteriormente, o próprio Góis Monteiro recorre a esse argumento para explicar as maquinacões que culminaram no golpe. O que aqui argumentamos, contudo, é que apenas apontar o contrassenso não explica suficientemente bem (aliás, longe disso!) por que o golpe foi desferido a partir do núcleo duro do regime estadonovista, isto é, o alto comando do Exército.

Os antecedentes

Uma leitura que avança a partir daí é a de José Murilo de Carvalho, dedicada a compreender a evolução da relação entre Vargas e a cúpula militar desde a Revolução de 1930. Convém, portanto, apresentá-la em síntese para depois cotejá-la com outras que, de alguma forma, também contribuem de maneira relevante para o tratamento do problema da crise de outubro de 1945. Esta crise é aqui compreendida tanto como um paroxismo, ou seja, o ponto culminante de uma situação progressivamente mais crítica, visto que cravada de ambivalências resultantes daquela relação (entre Vargas e o alto comando), como, ao mesmo tempo, um exemplo da não-linearidade da política, que é feita também de acontecimentos que nela introduzem o imprevisível, tal como sugerido por René Rémond ao notar que, sobre os acontecimentos políticos, por vezes “não se encontra nos antecedentes tudo aquilo que resultará deles; é o papel da contingência” (Rémond, 1996, p. 449).^v

Por certo, no golpe anterior (desconsiderando-se as conspirações abortadas e as malsucedidas), o de 10 de novembro de 1937, que originou o Estado Novo, não se encontravam os antecedentes deste “divórcio” entre Vargas e os militares, declarado em 1945, já no golpe aqui analisado. Aliás, a metáfora da relação conjugal interrompida depois de um período, digamos, fértil, é justamente proposta por José Murilo, que caracteriza como “divórcio” a terceira e última das fases do enlace; a primeira seria o “namoro” (de 1930 a 1937), e a segunda a “lua-de-mel”, durante o Estado Novo, em cujos momentos finais iniciou-se, então, o longo e tortuoso divórcio, prolongado até 1954, quando Getúlio, drasticamente, decidiu sair da vida para entrar na história (Carvalho, 2005).

Das Forças Armadas, a figura que mais nos interessa é sem dúvidas Góis Monteiro, o “mais político dos militares”, segundo feliz expressão do brasilianista Stanley Hilton (Hilton, 1987a, p. 12), que ostenta ascensão pujante como liderança orgânica do Exército após ter sido o oficial superior de maior patente entre os quadros combatentes da Revolução de 1930. O então

tenente-coronel foi promovido com celeridade por Vargas durante os primeiros anos do Governo Provisório – as promoções ao generalato eram ainda atribuição do presidente, e já em 1932 alcançara o posto mais alto da hierarquia na época, o de general-de-brigada. Suas ambições e projeção política o levaram a ser postulado como candidato à presidência, bem como a ser cortejado por opositores de Vargas com motivações conspiratórias, e ele de fato se envolveu em algumas incursões golpistas, mas que “terminavam sempre no regresso constrito à aliança com o presidente”, até 1945, quando, como vimos, “com o auxílio da conjuntura pós-guerra, ele e seus aliados sentiram-se com força suficiente para enfrentar vantajosamente o presidente” (Carvalho, 2005, p. 106).

A aliança entre Góis e Getúlio foi de importância estratégica para ambos; o general encontrou um parceiro determinante, pois igualmente interessado na modernização e no fortalecimento da unidade da corporação militar. Em sua rápida ascensão àquela posição de liderança, desde a vitória da sublevação em 1930, Góis via-se destinado a reformar “um Exército profundamente dividido, além de mal treinado, mal armado, (...) incapaz de exercer o papel que ele via abrir-se para ela [a corporação] com o fim do domínio da política oligárquica” (Carvalho, 2005, p. 104). Formulador de um amplo projeto de modernização militar, Góis recebeu de Vargas a anuência “para moldar o Exército de acordo com a nova concepção que desenvolvera” (Carvalho, 2005, p. 105), mas o presidente sabia que a reforma preconizada pelo general não se limitava à corporação: em 1934, quando alçado pela primeira vez à chefia da pasta da Guerra, submeteu a Getúlio um documento cuja parte mais importante era o prognóstico que fazia para os problemas econômicos, sociais e políticos do país. Em suma:

Segundo Góis, com a nova Constituição [promulgada em julho de 1934], o Brasil regredia ao liberalismo moribundo, ao domínio do individualismo e dos regionalismos. O país exibia suas massas empobrecidas e ignorantes, suas indústrias sujeitas ou pertencentes a concessões estrangeiras, suas elites parasitárias e exploradoras. Mais do que a falta de uma política de guerra, dizia ele, “não há *uma política verdadeiramente nacional*, aferida para realizar um destino nacional, declarado e patente” (Carvalho, 2005, p. 95, ênfase no original de Góis Monteiro).

Assim se consolidava, segundo José Murilo, a doutrina do “intervencionismo controlador” (ou, tutelar), que orientou o papel decisivo de Góis e, portanto, da cúpula do Exército, por ele liderada, no golpe de 1937, que deu origem ao Estado Novo e prolongou o período que posteriormente ficou conhecido como a Era Vargas – tanto em alusão ao conjunto dos anos em que o líder da Revolução de 1930 foi presidente, como ao fato de seus governos

abrangerem diferentes momentos constitucionais na história dos regimes políticos do Brasil.^{vi} Por sinal, no próprio ato do golpe do Estado Novo, a Constituição criticada por Góis caducou ao ter sido outorgada sua substituta, a Carta Magna de 1937 que recebeu o apelido de “Polaca”. Seu principal formulador, o jurista Francisco Campos, expoente do pensamento autoritário brasileiro, que há poucos dias antes do 10 de novembro fora investido por Vargas no cargo de ministro da Justiça, interpretava o país de maneira bastante próxima à de Góis. Ambos eram avessos às instituições políticas clássicas do liberalismo (tais como os partidos políticos e os parlamentos), e, mais importante, condenavam de modo peremptório a politização “excessiva” das massas, além de priorizarem igualmente questões de segurança nacional. O autor da constituição do Estado Novo era, naquele momento, escancarado admirador dos elementos repressivos do fascismo italiano e chegou a copiar na Carta Magna um trecho da *Carta del Lavoro*.^{vii}

Para Boris Fausto, Campos “não se entregou a muitas sutilezas, em seu combate contra as ‘doutrinas exóticas’” (Fausto, 2001, p. 62) que eram, segundo ele, o comunismo e o liberalismo. Compartilhando em muitos pontos uma agenda política com Góis Monteiro, o jurista deixara o ministério em 1941, alegando problemas de saúde; em 1945, tomou parte ativa em algumas das pululantes articulações que ocorriam, dessa vez, pela derrubada de Vargas. A despeito do caráter autoritário da Constituição elaborada por Francisco Campos, o mandato presidencial fora ali fixado em seis anos (ou seja, de 1937 a 1943), mas Getúlio o estendeu em mais dois em função de um artigo que estabelecia que, encontrando-se o país em estado de guerra, o presidente estava autorizado a suspender qualquer trecho do texto constituinte.

Com efeito, o Brasil se envolvera ao lado das potências aliadas no conflito mundial que eclodiu em 1939 ao declarar-se em guerra contra as potências do Eixo, em agosto de 1942, e então o presidente pôde invalidar o artigo constitucional que estabelecia o fim do mandato. Em 1944 consolidou-se a principal iniciativa de Vargas em relação ao conflito: a criação da Força Expedicionária Brasileira – a FEB, que foi enviada para o teatro de guerra europeu. As motivações por trás da empreitada seriam, segundo Lira Neto, na biografia *Getúlio*, o aproveitamento da chance de satisfazer a uma aspiração histórica das Forças Armadas, por meio de uma parceria com os Estados Unidos que incluía remessas de material bélico, além de “garantir ao Brasil uma posição privilegiada nas posteriores negociações de paz” (Lira Neto, 2013, p. 448).

Contudo, encontra-se aí um acontecimento decisivo para o rompimento da parceria estratégica entre Vargas e Góis Monteiro, então ocupante do cargo de Chefe do Estado-Maior do Exército, que julgando as Forças Armadas brasileiras patentemente incapazes de se envolver em um conflito de grande escala, opôs-se à criação da FEB, “iniciativa que classificou de ‘esdrúxula’ e de ‘rematada tolice’”. Contrariado, Góis solicitou o desligamento da chefia do Estado-Maior, alegando problemas de saúde” (Lira Neto, 2013, p. 448). O general, então, passou cerca de um ano no Uruguai como representante do Brasil no Comitê de Emergência e Defesa Política da América, mas seu afastamento do regime não significou um afastamento da vida política nacional, e com notável celeridade Góis se converteu em um aplicado defensor da redemocratização. Com acuidade, Lira Neto observou que “Os liberais, que até a véspera identificavam nele a encarnação tupiniquim da besta-fera totalitária, começaram a cortejá-lo, na tentativa de convencê-lo a derrubar Getúlio” (Lira Neto, 2013, p. 448). A propósito, em seu retorno ao Brasil, em 1945, numa viagem de trem de Montevideu ao Rio de Janeiro, conta o próprio Góis: “[...] ao longo do trajeto, desde a fronteira do Uruguai, foram ao meu encontro generais e oficiais superiores, que, em contatos comigo, me informavam da situação interna, desejosos de uma orientação” (Coutinho, 1956, p. 403).

A inquietação entre o oficialato militar, conforme se depreende do que disse o general, sinalizava uma vida política em estado de inquietação, agravado, talvez, por tantos “problemas de saúde” (naquele momento, se algum membro do governo se licenciasse do cargo, eram grandes as chances de que a figura estivesse envolvida em alguma conspiração!). Os ventos da mudança fizeram com que o criador da “Polaca”, Francisco Campos, renegasse a criatura, e em entrevista à imprensa, dizia: “A Constituição de 1937 caducou. Nossa organização política foi moldada sob a influência de ideias que não resistiram ao teste da luta. A contar de dois anos para cá, mudou a fisionomia política do mundo” (Campos *apud* Lira Neto, 2013, p. 463).

Ora, nestes dois anos, se a fisionomia política do mundo terá realmente mudado, muitos dos elementos de novidade eram ainda determinados por velhos interesses. No início de 1945, o “tempo da política e do direito” se acelerava, conforme Raphael Peixoto de Paula Marques, por decorrência de três grandes debates: “(i) reforma da Constituição de 1937 ou uma nova constituição; (ii) eleições diretas para presidente e parlamento; (iii) anistia para os exilados e presos políticos” (2020, p. 114). O governo Vargas procurou se antecipar, e quanto à anistia, por exemplo, ela foi concedida logo em abril. No caso do problema constitucional, o governo ainda tentou dar sobrevida à “Polaca”, por meio da Lei Constitucional nº 9, que criava condições

para o funcionamento dos órgãos representativos nela previstos.^{viii} No preâmbulo desta lei, que previa eleições para um parlamento que poderia votar “se entender conveniente, a reforma da constituição”, justificava-se a medida “em vista dos graves sucessos mundiais” (Diário Oficial da União *apud* Marques, 2020, p. 115, grifado por Marques). Veja-se, portanto, que ninguém – tampouco o governo Vargas – duvidava que a “fisionomia política do mundo” havia mudado; a questão era como – e por quê – deveríamos nos adaptar a tais mudanças.

A Lei Constitucional nº 9 foi fustigada pela oposição, que rapidamente se organizava contra o governo e suas pretensões de reformar a “Polaca”. Figuras ultraconservadoras, como Francisco Campos, Góis Monteiro e Eurico Dutra, trocavam facilmente o figurino, vestindo-se agora de liberais democráticos – mudavam sua fisionomia política, diríamos, preservando seus velhos interesses. Logo, eleições presidenciais e uma Assembleia Constituinte – nesta ordem, é importante frisar – passaram a encabeçar a agenda do amplo arco de oposição a Vargas, que antecipou-se com o lançamento da candidatura presidencial do brigadeiro Eduardo Gomes, cujo prestígio era considerável, e ia além das Forças Armadas, representando o pensamento liberal-oligárquico florescente entre as classes médias urbanas, organizado então pela União Democrática Nacional (UDN), que imediatamente se tornou o grande partido antivarguista. Em resposta, como já foi mencionado, Getúlio lançou publicamente a candidatura do general Eurico Dutra, seu ministro da Guerra, que aceitou prontamente, se licenciou da posição no governo (meses antes do exigido por lei), e nela foi substituído por Góis, de volta ao Brasil. Reinvestido no cargo de ministro da Guerra, Góis se reintegrou ao governo sem fazer parte dele de fato: já havia aderido à pauta principal da UDN a respeito da caducidade da ditadura estadonovista e do imperativo de democratização (contanto se desse em seus termos). Este discurso se tornaria logo uma versão oficial, amplamente aceita como justificativa para o golpe militar de 29 de outubro de 1945.

Ocorre, no entanto, que todos os envolvidos, entre governo e oposição, foram surpreendidos pela contingência do quererismo, movimento de cariz popular de apoio a Vargas, cujo lema era “Constituinte com Getúlio”, subvertendo, assim, o que queria a UDN (eleições presidenciais primeiro, Assembleia Constituinte depois). As posições, então, se invertem: os opositores de Vargas (agora encabeçados pela UDN), que até então estavam na ofensiva, recuam, passam à defensiva, e agora validam tacitamente a tão criticada Lei Constitucional nº 9, como forma de prevenir a Constituinte com Getúlio (Marques, 2020, p. 119). Curiosamente – ou, nem tanto –, à oposição é que agora interessava dar sobrevida ao

arranjo jurídico do Estado Novo, ainda que, é claro, sem Vargas. O argumento dos graves sucessos mundiais como pretexto para as reformas daquele arranjo jurídico ditatorial foi lançado, portanto, primeiro pelo próprio governo (na Lei Constitucional nº 9, em março), mas logo oportunamente apropriado pela oposição (a partir de julho, quando recrudescer o queremismo). Depois de lançada a candidatura à presidência de Dutra, o núcleo conspirador que agia à sombra de Vargas vislumbrou a chance de governar o país sob os marcos da “Polaca”, e se agarrou a ela.

Com efeito, na sequência do golpe de 29 de outubro, José Linhares foi empossado na presidência e continuou a editar leis constitucionais; uma delas, a de número 15, determinava que enquanto uma nova constituição não fosse promulgada, “o presidente eleito [no pleito marcado para dezembro] exerceria os poderes de legislatura ordinária, ou seja, poderia expedir os atos legislativos que julgasse necessários” (Marques, 2020, p. 121). Eleito graças à popularidade de Vargas, Dutra continuou governando – como José Linhares – com os mesmos poderes ditatoriais usufruídos por Vargas desde o início do Estado Novo: “A Constituição de 1937 e sua estrutura autoritária permaneceram produzindo efeitos até setembro de 1946, quando uma nova constituição foi promulgada para o país” (Marques, 2020, p. 122), e o general Dutra se viu livre e desimpedido para restringir o direito de greve, por exemplo, ou decretar um novo Estatuto dos Militares, blindado de quaisquer eventuais objeções que seriam esperadas em contexto de redemocratização, mas devidamente camuflado em meio à nova “fisionomia política do mundo”.

O sacrifício

Voltemos mais uma vez aos primeiros meses de 1945, para abordar as razões e impressões que orientavam alguns dos nossos personagens principais. A respeito da decisão de lançar Dutra como candidato à presidência e seu sucessor, Vargas teria explicado que se os seus inimigos o ameaçavam com uma espada, ele lhes responderia com outra. Acontece que esta segunda espada seria utilizada no golpe desferido contra o próprio Getúlio, a partir de dentro do governo, mais precisamente do Ministério da Guerra, e o presidente percebeu os indícios da conspiração meses antes do desfecho do 29 de outubro. Provavelmente entre março e abril, portanto antes da referida substituição de postos entre os generais na pasta da Guerra, a agenda

de Dutra levantou suspeitas por parte de Vargas, que conversou a respeito com Góis, e aqui cabe reproduzir um trecho do relato do general sobre o encontro:

[...] no Palácio Guanabara, o presidente Getúlio me fez um verdadeiro requisitório a respeito do general Dutra. Entre muitas coisas, indagou a mim se sabia que o general havia tido muitos encontros e conferências com vários políticos e militares adversários do governo. Respondi-lhe que conhecia tudo isso, e ele, então, num tom áspero, declarou-me: “Nesse caso, general, o ministro da Guerra não pode merecer mais a minha confiança...” Reagi imediatamente, dizendo que não encontrava motivo para um juízo dessa natureza, e que se ele, presidente, insistisse em formulá-lo, então, nessa hipótese, teria que estendê-lo a mim, pois quase todas as vezes em que o general Dutra tivera os referidos encontros fora por mim acompanhado, devido ao seu temperamento acanhado diante de políticos verbosos e não raro sofisticados... O presidente retrucou dizendo que o meu caso era diferente, que só me achava preso a ele por laços de amizade e, portanto, livre de proceder como entendesse; o que não acontecia ao general Dutra: além de membro do seu governo, num posto da maior importância, era “seu” candidato à sucessão presidencial, indicado e escolhido por ele, e, conseqüentemente, tinha compromisso implícito, que não podia renegar, de não manter inteligência com inimigos declarados do governo; fazendo-o, como acontecia, tornava-se suspeito (Coutinho, 1956, p. 414-415).

Ainda segundo Góis, pouco depois do encontro referido no trecho acima, Vargas teria lhe sugerido que saísse candidato à presidência, concorrendo contra Dutra e Gomes; tendo recusado, o presidente então ofereceu-lhe, em julho, o lugar na pasta da Guerra a ser deixado por Dutra, o que só foi aceito por Góis depois de receber a anuência do colega de farda e de impor a Vargas duas condições: a garantia de realização das eleições presidenciais marcadas para o dia 2 de dezembro, e que o governo evitasse “quaisquer ligações com o Partido Comunista, que se tornara muito ativo e envolvente depois da anistia [aos presos políticos do Estado Novo]” (Coutinho, 1956, p. 418). Assim que foi investido no cargo, Góis afirmou que o Exército asseguraria eleições “pacíficas e honestas”, ao que a oposição liberal reagiu com um entusiasmo que aumentava em função do recrudescimento do fenômeno do queremismo (Hilton, 1987a, p. 12). A popularidade de Vargas era a tal ponto categórica naquele momento, que irromperam pelo país as manifestações por sua permanência na chefia do Estado, lançando-se a referida campanha pela “Constituinte com Getúlio”, bem como por sua candidatura, o que contou, de fato, com a adesão dos comunistas, despertando, assim, o sentimento de alerta nos corredores dos quartéis. A força política de Vargas pode ser mensurada pelos resultados da eleição de 1946, quando ele acabou eleito deputado por sete estados (São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Distrito Federal, Rio de Janeiro e Bahia) e senador por dois (São Paulo e Rio Grande do Sul).^{ix}

É significativo que em seu extenso depoimento, que vem sendo citado, o general Góis pouco mencione o movimento popular, mas não deixa de manifestar sua convicção no perigo de uma conspiração comunista para a tomada do poder. Reconhecendo que no campo da oposição ao governo o golpismo já se disseminava ativamente, ele equipara: “Mas não era só no campo antigovernista que essas conjurações fermentavam. Também no seio das correntes ligadas ao governo, em conjugação com as ações e técnica comunistas, igualmente se conspirava” (Coutinho, 1956, p. 428). Para fundamentar estas alegações, ele menciona, então, um suposto encontro do líder comunista Luís Carlos Prestes “com pessoa da intimidade do presidente Getúlio”, e diz que governistas e comunistas, juntos, estariam tramando uma ação concertada: “a ‘descida’ do pessoal dos morros da cidade com fins subversivos, cogitando-se mesmo do emprego das garrafas ‘molotov’ contra os carros de combate do Exército” (Coutinho, 1956, p. 428). A alusão à famosa arma química artesanal de nome russo não parece ter sido casual, porque em seguida o general concluía com a seguinte acusação: “Outras pessoas da convivência do palácio do governo ou das camarilhas que iam se formando mantinham essas ligações com o Partido Comunista em plena florescência, sobretudo depois da vitória da União Soviética na Grande Guerra” (Coutinho, 1956, p. 428).

No entanto, cabe ressaltar que o tom passivo adotado por Góis contrasta com outras fontes indicativas de sua atuação no período, das quais depreende-se um papel mais ativo de sua parte do que ele parecia disposto a admitir na entrevista a Lourival Coutinho, concedida dez anos depois dos acontecimentos. Mesmo o general Dutra, apesar de seu “temperamento acanhado”, se entusiasmou com a possibilidade de ser eleito presidente, e com diligência procurou assegurar o afastamento de Vargas do poder, chegando ao limite, como já vimos, de abraçar o papel de um dos agentes do golpe. Nos parece que em determinado momento, portanto, Dutra terá se convencido de que o processo de desmantelamento do regime estadonovista ganharia ainda mais legitimidade se levado adiante pelos próprios generais que o haviam imposto, deixando o Exército acima do bem e do mal – ou, da democracia e do autoritarismo. Surge, então, a oportunidade de expiar a responsabilidade dos militares pelo Estado Novo e, como desdobramento, a necessidade de derrubar Vargas antes da redemocratização – objetivo que se perseguiu com maior diligência na medida da intensificação dos contatos com os udenistas (Hilton, 1987a, 1987b).

Ao “pressentir” a traição, ainda em abril, Getúlio redigiu um documento que seu biógrafo Lira Neto considerou “uma antecipação da famosa carta-testamento de 1954”. O texto

é longo, e não convém ser reproduzido na íntegra, mas alguns trechos decerto merecem ser recortados; portanto, se até aqui, entre as personagens diretamente envolvidas, privilegiamos a voz do general Góis Monteiro, passemos a palavra a Getúlio Vargas:

[...] O lançamento inicial da candidatura de um militar [o brigadeiro Eduardo Gomes] tinha o propósito de confusão da ordem. A linguagem de certos jornais, os discursos ativistas de velhos políticos despeitados, as declarações de alguns professores, muitos deles por mim nomeados, de que meu governo não era legal, obedeciam a um preparo prévio da opinião, com esse objetivo. [...] Sugeri então a candidatura do ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, colaborador do meu governo, como candidato da ordem contra a desordem. À medida que essa candidatura tomara vulto, pela articulação das forças políticas, fui tendo conhecimento dos entendimentos secretos do referido general, já de algum tempo, com elementos da oposição que se diziam meus adversários e até meus inimigos. [...] Mais tarde vim a saber também que a entrevista do tristemente célebre Francisco Campos fora previamente mostrada ao ministro da Guerra e por ele aprovada. Cai a coragem do panfletário. [...] Não tenho razão para duvidar da lealdade das Forças Armadas de minha pátria, as quais sempre prestigiei. [...] Fui traído apenas por um chefe militar [ou seja, Dutra], no qual depus toda confiança e cumulei de benefícios, seguido por alguns asseclas interessados e interesseiros. [...]. Esse candidato é um homem primário, instintivo, desconfiado, desleal, com ambições superiores ao seu merecimento e cercado por uma camarilha doméstica, civil e militar, que o domina sem contraste, falando ora em nome do povo, ora do Exército, sem representar nem a um, nem a outro. Senti que estava traído e sem um ponto de apoio. Não poderia reagir porque bradariam, conforme o ambiente por eles criado, que eu preparava um golpe para continuar no poder. Resolvido a manter minha palavra de que não seria candidato, preferi transigir com essa situação angustiante. E continuei orientando os acontecimentos para a solução político-eleitoral já definida pela apresentação dos dois candidatos militares. [...] Lúcido e consciente, estou resolvido a esse sacrifício para que ele fique como um protesto, marcando a consciência dos traidores. Se sucumbir, vítima de uma agressão, deixarei aos meus autores morais e materiais, como um legado de infâmia, a ignomínia do atentado que contra mim praticarem (Vargas *apud* Lira Neto, 2013, p. 466-467).

Não deixa de ser interessante que Vargas adote, tal como Góis, um tom passivo, característico de quem se coloca, de certa forma, do lado do curso presumidamente “natural” dos acontecimentos. Contudo, propomos reconhecer que os discursos adotados por ambos caracterizam mais os seus processos de diferenciação mútua relativamente a programas políticos e à governança do país, do que simplesmente cantilenas proferidas a pretexto de uma disputa superficial pelo poder. Há, portanto, razão na provocação epistemológica da historiadora Gertrude Himmelfarb, ao dizer que a “opinião aceite dos contemporâneos [do passado] é uma parte vital da realidade histórica, e a sensibilidade do historiador a essa opinião é a melhor prova de objetividade” (Himmelfarb *apud* Ramos, 1991, p. 33).

Sobre o divórcio entre Vargas e a cúpula militar, pode-se dizer, então, que tenha se tratado de um divórcio entre a “imaginação moral” do presidente e a dos generais, para usar um

conceito mobilizado pela historiadora: “Se a imaginação moral formou o passado, deve no mesmo grau formar aquilo que pensamos e escrevemos acerca desse passado” (Himmelfarb *apud* Ramos, 1991, p. 32). Assim, podemos melhor compreender como “As motivações que levaram a cúpula militar a agir novamente em 1945 foram em parte semelhantes às de 1937”, retornando à interpretação de José Murilo de Carvalho, que sumariza: “As grandes mobilizações de massas produzidas no bojo do queremismo, os discursos populistas do presidente, o exemplo do peronismo, constituíam agora uma ameaça mais concreta” (Carvalho, 2005, p. 101) – ameaça à noção de Ordem cultivada pelos militares, e tida por eles como medida da necessidade de intervenção e do exercício de controle da vida política nacional.

Entretanto, na conjuntura do imediato pós-guerra, um impasse se impunha à cúpula militar das Forças Armadas brasileiras, tidas pelo generalato como o principal esteio da ordem pública e de direção política nacional: apesar dos esforços reformistas de uma figura tão influente, como era Góis Monteiro, as corporações militares continuavam vulneradas pelas clivagens político-ideológicas da sociedade civil. Para que pudessem efetivamente se constituir no esteio que almejavam ser, uma necessidade se impunha aos altos oficiais: a unidade das corporações como um todo, o *esprit de corps* inquebrantável. Quanto a isso, as dificuldades em suprimir as tendências divisionistas ficam claras na análise de Stanley Hilton (Hilton, 1987a, p. 28-29), que evidencia a pressão sobre a cúpula militar exercida pelo fato de tantos altos oficiais, tenentistas históricos e personagens-chave da Revolução de 1930 se encontrarem – aberta ou reservadamente – na oposição a Vargas e, portanto, ao Estado Novo, como era o caso, por exemplo, de Juarez Távora, Cordeiro de Farias, além do próprio candidato “oficial” de oposição, o brigadeiro Eduardo Gomes. Figuras forjadas politicamente pelo ativismo tenentista dos anos 1920, mas que nos anos 1940 haviam abandonado suas aspirações democráticas e modernizantes da juventude de médio escalão militar em favor de uma *realpolitik* profundamente elitista e oligárquica.

Os vizinhos

Agora, cotejar os casos da opinião militar sobre a política de massas no Brasil e na Argentina torna-se necessário, já que de fato, conforme foi elencado por José Murilo de Carvalho no recorte logo acima, o peronismo era observado pelos militares brasileiros como um fenômeno político realmente pernicioso, visto que mobilizador de vultosas massas

populares no país vizinho, ainda que naquele momento ocorressem apenas suas primeiras manifestações. Em 1945 Juan Domingo Perón acumulava os cargos de vice-presidente, ministro da Guerra e secretário de Trabalho e Previdência, e neste último, criado por ele próprio, havia construído junto aos sindicatos de trabalhadores sua obra social, que o alçara a patamares inéditos de popularidade na história política argentina, levando o país à radicalização entre setores peronistas e antiperonistas (estes articulados ativamente pelo embaixador dos Estados Unidos em Buenos Aires, Spruille Braden). Embora fosse militar de carreira (em 1945 era coronel do Exército) e ocupasse a pasta da Guerra, em 12 de outubro Perón foi forçado a renunciar aos três cargos que ocupava por um levante de oficiais do Exército, que contou com o suporte da Embaixada estadunidense, e foi imediatamente preso.

O então presidente, Edelmiro Farrell foi mantido no cargo, mas o poder passou a ser exercido pelo novo ministro da Guerra, o general Ávalos, mentor do golpe – por não mais que cinco dias: em 17 de outubro uma manifestação massiva, que ficou conhecida como *Día de la Lealtad*, exigiu a libertação de Perón, que retornou triunfante. Segundo Boris Fausto e Fernando J. Devoto, as lealdades que o argentino construiu entre a classe trabalhadora “o devolveram ao poder, com uma imponente manifestação em seu apoio na Plaza de Mayo, que só se dispersou no início da noite, depois de o novo líder discursar nos balcões da Casa Rosada”, e assim, “o ‘queremismo’ argentino tinha êxito, enquanto o brasileiro fracassara” (Fausto e Devoto, 2004, p. 283). Perón foi eleito presidente da Argentina pela primeira vez em fevereiro do ano seguinte.

Os intercâmbios entre fenômenos políticos de ambos os países pareciam ter certa fecundidade, e para o surgimento do peronismo, a experiência brasileira havia sido paralelamente significativa. O próprio Góis conta que em 1944, quando se encontrava no Uruguai, uma série de “personagens argentinos” o procuravam com frequência, “e se diziam discípulos de Getúlio Vargas, quanto ao novo regime que pretendiam implantar no seu país, notadamente o general Perón, que era o mais entusiasta” (Coutinho, 1956, p. 398). Ainda mais significativa, contudo, é a passagem em que Góis narra sua interpretação sobre uma possível influência exercida sobre Vargas pelo 17 de outubro de 1945 na Argentina; o “contra-golpe”, conforme Góis, repunha Perón no poder “com o apoio ostensivo da CGT [Confederación General del Trabajo], isto é, das massas proletárias”, e depois de Getúlio ter se inteirado do ocorrido, por meio de uma carta-relatório enviada pela Embaixada do Brasil em Buenos Aires, o presidente teria lhe falado “insistentemente sobre o ‘affaire’ argentino, referindo-se com

entusiasmo ao poder das massas”, e o general teria notado que, “nessa ocasião, [Getúlio] se achava muito influenciado a esse respeito”, concluindo:

Pude, assim, estabelecer um nexos com o que ocorria nas manifestações populares ovacionando o presidente durante os desfiles dos escalões da FEB, quando aqui desembarcavam. Ele atravessava lentamente, no seu automóvel, essas multidões entusiásticas, para as quais acenava com duas bandeirinhas brasileiras, agitando-as febrilmente, e comentava com o marechal Mascarenhas [comandante da FEB], que sempre nos acompanhava, serem muito significativas aquelas atitudes do povo em face de um chefe de governo cujo prazo de permanência no poder estava prestes a expirar-se. [...] As insinuações do presidente Getúlio sobre a reposição do general Perón, atalhei-as com certos comentários que me pareciam elucidativos. Disse-lhe que o caso brasileiro era diferente do caso argentino; que ele não pensasse que Perón fora reconduzido ao poder apenas pela força das massas, mas sim e principalmente pelas forças do Exército, as tropas do Campo de Mayo [guarnição militar em Buenos Aires], às ordens do general Ávalos, opostas à Marinha, que aprisionara antes Perón. Pude notar que ao presidente Getúlio não agradou essa minha interrupção à sua manifesta concordância com o que acontecera na Argentina (Coutinho, 1956, p. 438-439).

Na verdade, Góis se equivoca, pois foi mesmo Ávalos o articulador da renúncia de Perón de seus cargos no governo e o autor de sua prisão, conforme já dissemos; ocorre que no “dia da lealdade”, consumado o fracasso do golpe dado pela cúpula militar, o general optou por não reprimir o retorno do líder de massas e seu comício na Casa Rosada, optando em vez disso por uma fórmula conciliadora. Segundo José Luis Romero, em seu livro-síntese de história da Argentina, tornado um clássico da historiografia do país, “Talvez surpreendida pelo inesperado apoio popular que este [Perón] havia logrado, a oposição não se atreveu a agir e o governo [controlado por Ávalos] ofereceu um tipo de transição: Perón ficaria em liberdade, abandonaria a função pública e enfrentaria a luta eleitoral” (Romero, 2015, p. 153). No Brasil, cujas Forças Armadas não se encontravam tão divididas quanto as argentinas, o prazo de permanência de Vargas no poder fora bruscamente antecipado com o golpe, pelos militares que agiram em 29 de outubro motivados por sua aversão à mobilização sindical, identificada por muitos deles com o perigo maior representado pelo comunismo. Para que se produzisse na opinião pública um ambiente mais favorável à investida, alguns dos conspiradores espalharam o boato de que no dia 26, para quando fora convocado por lideranças trabalhistas um comício pró-Vargas, o presidente aproveitaria a ocasião para assinar um decreto suspendendo as eleições e convocando a Assembleia Constituinte, acolhendo, assim, a demanda queremista. Um jornal oposicionista chegou a estampar a manchete: “Vargas vai dar o golpe sexta-feira” (*Diário Carioca* apud Lira Neto, 2013, p. 478).

No Brasil, portanto, ao contrário do que ocorrera na Argentina, foi possível que se formasse um amplo arco conjuntural de alianças pela derrubada do presidente, conformando-se uma oposição cada vez mais expressiva e bastante atuante em sua fase conspirativa, contrastando, assim, com a intentona militar antiperonista que acabou por provocar justamente o oposto do que pretendia. Neste arco de alianças brasileiro, as Forças Armadas se arrogaram o exercício do papel mais decisivo, mas, paradoxalmente, sob a liderança de uma figura em crise – Góis Monteiro, que em certa medida terá se deixado manipular pela oposição liberal. Além da cúpula sediada no Ministério da Guerra, que havia dado o golpe de 1937 junto a Vargas, em 1945 já estavam contra ele muitos de seus aliados históricos da Revolução de 1930 e, novamente segundo José Murilo de Carvalho, “Embora o anticomunismo e o medo de uma política populista ao estilo de Perón estivessem também presentes nesse grupo, ficavam em parte encobertos sob a capa da luta contra a ditadura [do Estado Novo]” (2005, p. 111). Se a prioridade de Góis era a unidade do Exército, o quadro de desunião de suas principais figuras foi um fator decisivo em sua decisão de comandar o golpe, almejando assim resgatar algum sentido de coesão entre os generais mais importantes.

Sobre o anticomunismo, que naquele contexto, como em outros da história política do Brasil, serviu como poderoso fator de identidade entre setores distintos da comunidade nacional, é verdade que se tratava de uma atitude exasperada contra um inimigo cuja ameaça era altamente superdimensionada, e pelo menos alguns dos envolvidos na crise certamente tinham uma noção razoável do exagero – noção que aliás poderia se basear no episódio da falsa conspiração comunista grosseiramente forjada por oficiais do Exército oito anos antes. Contudo, se como escreveu Lira Neto, “O pretexto de exorcizar o fantasma vermelho da subversão, utilizado por Getúlio para justificar o golpe do Estado Novo em 1937, se voltava contra ele, oito anos depois” (Lira Neto, 2013, p. 475), deve-se considerar, com Rodrigo Patto Sá Motta, que “Houve grupos e indivíduos (não necessariamente fanáticos) que sinceramente acreditaram na existência de um risco real. Mobilizaram-se e combateram por temor que os comunistas chegassem ao poder” (Motta, 2002, p. XXIV) – ou, se não os comunistas, os “peronistas brasileiros”.

O embaixador

Alguns outros fatos faziam recrudescer o anticomunismo no Brasil; a fundação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e os discursos de Vargas em prol de uma “democracia

socialista” (Silva, 1976, p. 172 e 173) geravam profunda desconfiança entre muitas figuras liberais e conservadoras, agravada pela anistia aos comunistas presos depois do levante de 1935 e do famoso comício de Prestes e Vargas (Silva, 1976, p. 193), bem como do endosso dos comunistas ao movimento queremista. As manifestações de ambiguidade política e estratégica de Vargas alarmavam não apenas militares e políticos brasileiros; o embaixador dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, Adolf Berle Jr., nomeado para o cargo em janeiro de 1945, também passou a se preocupar com a situação, e tal como muitas figuras de oposição ao governo, ele também passou a ter suspeitas de continuísmo por parte do ditador brasileiro, que gozava de vibrante popularidade.

Mas, segundo Stanley Hilton (1987a, 1937b), Berle Jr. receava das intenções não tanto do próprio Vargas – por quem, aliás, nutria grande admiração –, mas sobretudo de alguns de seus mais confiáveis e influentes aliados no momento, como o ministro do Trabalho Marcondes Filho (figura central na fundação do PTB), o ministro da Justiça Agamenon Magalhães e o chefe do Departamento Federal de Segurança Pública João Alberto. Os paralelos com o contexto argentino também neste caso podem ser traçados, já que a oposição udenista, animada com o ativismo antiperonista do embaixador estadunidense em Buenos Aires, cortejaram Berle Jr. para que no Brasil também se pudesse contar com o apoio do Departamento de Estado norte-americano contra as supostas manobras continuístas de Vargas e seus aliados, no que o anticomunismo foi, portanto, fator elementar de aproximação (Hilton, 1987a, p. 24).

No Rio de Janeiro, contudo, a situação foi diferente de Buenos Aires. Berle Jr. não era um embaixador comum: além de não ser diplomata de carreira, temos razões suficientes para crer que ele tinha um genuíno apreço pelo Brasil, e por uma conjunção de fatores, logrou atuar aqui com certo grau de independência de Washington, “imbuído de um senso de missão social-cristã, impulso que o levaria fatalmente a se envolver na vida interna do Brasil – com consequências imprevisíveis” (Hilton, 1987b, p. 18). Tanto foi assim, que sua passagem pela Embaixada dos Estados Unidos no Rio foi curta, durou de janeiro de 1945 a fevereiro de 1946 (seu antecessor, Jefferson Caffery, ocupou o posto de 1937 a 1945). Provindo do círculo mais estreito de confiança do presidente norte-americano Franklin D. Roosevelt, o trabalho de Berle Jr. como embaixador de seu país, assim como o próprio canal diplomático entre Washington e o Rio de Janeiro, foi abalado pelo falecimento de Roosevelt em abril de 1945. Vargas perdera um aliado-chave no plano internacional, e acabaria ganhando em breve um inesperado ofensor.^x

Em 29 de setembro, Berle Jr, pronunciou um discurso no Sindicato dos Jornalistas cujo teor, ainda segundo Hilton, nos permite supor que fora elaborado no sentido de apregoar o distanciamento de Vargas de elementos considerados pelo embaixador norte-americano como prejudiciais ao processo de democratização, como era o caso dos ministros do Trabalho e da Justiça. Na noite anterior o embaixador levou o texto do discurso redigido para a apreciação de Vargas no Guanabara, e nenhuma objeção foi apresentada pelo presidente, conforme ambos registraram em suas memórias. Contudo, o embaixador norte-americano condenou a hipótese de uma Constituinte-com-Getúlio, tendo afirmado que seria “trágico” se as eleições presidenciais fossem desnecessariamente adiadas, referindo-se, sem ambiguidades, ao movimento queremista (Hilton, 1987a, p. 26). O discurso imediatamente alimentou as controvérsias que pairavam sobre os próximos passos de Vargas no governo; foi repercutido pela imprensa oposicionista como sinal de endosso dos norte-americanos a sua agenda. O Itamaraty foi orientado pelo gabinete presidencial a classificar como “deplorável” o incidente, sugerindo tentativa de intervenção em assuntos domésticos.

Considerações finais

O ambiente para o golpe terá se delineado, portanto, na confluência entre **dois** fatores principais: uma oposição a Vargas que ambicionava neutralizá-lo politicamente – dentro e fora do processo de redemocratização em curso – e uma crise de autoridade entre o alto escalão militar, que foi endereçada por Góis Monteiro ao formar um “Estado-Maior intervencionista” no Ministério da Guerra, reaproximando os dois presidenciáveis militares em torno de um objetivo comum – o que não ocorreu, entretanto, sem certa dose de exasperação por parte do general veterano.

No entanto, do golpe de 1945 até hoje, consolidou-se uma interpretação sobre aqueles acontecimentos segundo a qual, em meio ao processo de afrouxamento do aparato ditatorial do Estado Novo, Vargas perdia o controle da situação política e, em reação a potenciais quadros de ameaça e incerteza no processo sucessório, procurava se antecipar, no limite preparando algum tipo de golpe continuísta, preventivo. A percepção das maquinações do presidente teria impellido os generais à ação, de modo a neutralizá-las. O problema desta interpretação não é tanto o das suposições nas quais ela se baseia, mas é o fato de que ela acaba por isentar os generais Dutra e Góis Monteiro do fato de estarem enfrentando um dilema idêntico: eles, que

foram o lastro armado do Estado Novo, também estavam perdendo o controle da situação política, e efetivamente desencadearam um golpe preventivo. A diferença é que para sustentar que Vargas realmente daria um golpe, faltam a nós historiadores evidências documentais, embora sempre seja possível especular. O golpe dos generais, por outro lado, saiu do papel, e os tanques saíram às ruas, mas o ato foi camuflado posteriormente, e confundido – por assim dizer – com o processo de redemocratização. Em janeiro de 1946, Dutra venceu as eleições presidenciais com o ressentido apoio de Vargas, e a sua posse, de certa forma, significou uma limpeza oficial no 29 de outubro de 1945 e, de quebra, no papel chave que o general desempenhou nos oito anos de ditadura estadonovista. Importante acrescentar que Góis Monteiro também se beneficiou, e em 1946 foi eleito senador pelo estado de Alagoas.

Conspiradores de primeira hora, escandalizados pela massificação da política, horrorizados com os avanços na organização dos trabalhadores, os generais lograram se camuflar em um contexto de redemocratização, e apresentar o Exército como uma fonte de equilíbrio da república brasileira. Esta autoimagem será importante na legitimação de outros golpes e intervenções militares, e na sustentação ideológica das nossas Forças Armadas, tradicionalmente pouco afeitas às questões de defesa e segurança internacional, visto que muito ocupadas em garantir interesses domésticos próprios, e de seus associados.

Tampouco é convincente a explicação que associa automaticamente o fim do Estado Novo com as vitórias das democracias liberais sobre os estados autoritários. Outros aspectos já mencionados ao longo do texto nos parecem explicar, com mais propriedade, o afastamento dos conservadores em relação a Getúlio Vargas e, como consequência, o golpe de 1945. Sem a pretensão de esgotar o tema, elencamos aqui alguns fatores com maior potencial explicativo. O movimento queremista, a fundação do PTB e os discursos em defesa do socialismo feitos por Vargas, a reaproximação entre os trabalhistas e os comunistas, a anistia, a legalização do PCB e o comício de Vargas com Prestes, a lei antitruste, o medo do pacto entre Peron e Vargas, a organização de um movimento antivarguista na UDN etc. Essas hipóteses, apesar de não serem novas e aparecem em clássicos da historiografia, como nos livros de Hélio Silva (1976) e Stanley Hilton, continuam sendo preteridas ou mesmo ignoradas entre pesquisadores contemporâneos. Nas palavras de Hilton, às quais lançamos mão conclusivamente, o dilema a respeito das razões para o golpe de 1945 se resolve sozinho, se considerarmos que “Vargas *não* estava conspirando contra as eleições como parte de alguma trama para permanecer no cargo” (1987b, p. 123).

Referências

- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- COUTINHO, Lourival. **O general Góes depõe**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Coelho Branco, 1956.
- FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário: 1920-1940**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- FAUSTO, Bóris; DEVOTO, Fernando. J. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)**. São Paulo: Ed. 34, 2004.
- HILTON, Stanley. The Overthrow of Getúlio Vargas in 1945: Diplomatic Intervention, Defense of Democracy, or Political Retribution? In: **Hispanic American Historical Review**, vol. 67, n. 1., Duke University Press, 1987a.
- HILTON, S. **O ditador e o embaixador**. Rio de Janeiro: Record, 1987b.
- MARQUES, Raphael Peixoto de Paula. Poder constituinte e mudança constitucional na transição brasileira para a democracia entre 1945 e 1946. In: FRAGA, André B., LAGO, Mayra C. e MOURELLE, Thiago C. (org.). **Governo Vargas: um projeto de nação**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2020.
- MORAES, Francisco Quartim de. **Positivismo social: o legado de Saint-Simon e sua recepção no Brasil**. 2022. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.
- LIRA NETO, João de. **Getúlio: Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- RAMOS, Rui. A causa da história do ponto de vista político. In: **Penélope**, Viseu, n. 5, janeiro, 1991.
- RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, R. (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.
- ROMERO, José Luis. **Breve historia de la Argentina**. 6ª ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015.
- SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SILVA, Hélio. **1945: Por que depuseram Vargas**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1976.
- VERGARA, Luiz. **Fui secretário de Getúlio Vargas: memórias dos anos de 1926-1954**. Porto Alegre: Editora Globo, 1960.

Notas

ⁱ “30 de outubro de 1945 – Fim do Estado Novo – Getúlio perde o apoio dos militares e regime afunda”. Disponível em: <https://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/primeiras-paginas/fim-do-estado-novo-9321345>. Acesso em 01 de dez. 2025.

ⁱⁱ “29 de outubro de 1945: o fim do Estado Novo”. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=279581>. Acesso em 01 de dez. 2025. O texto é assinado por Antônio Sérgio Ribeiro.

ⁱⁱⁱ *O general Góes depõe*, é o livro que resultou das conversas entre o general Góis Monteiro e o jornalista Lourival Coutinho em 1955, quando foi publicado. No ano seguinte, saiu em segunda edição, talvez ensejada pelo falecimento do general, e é a que consultamos no estudo de que resulta o presente artigo. Será referenciado como “Coutinho, 1956”, mas cabe observar que todas as passagens aqui citadas (assim como o livro quase todo) são palavras do general, não do jornalista.

^{iv} “A primeira era tornar sem efeito a nomeação de Benjamin Vargas [irmão do presidente, para a chefia de polícia do Distrito Federal – o que havia sido a “gota d’água” para provocar as ações de Góis] e deixar tudo como estava antes. Esquecessem, portanto, o assunto. A segunda seria manter os atos do governo e, uma vez que Góis não admitia voltar atrás no pedido de demissão, nomear um novo ministro da Guerra, indicado a critério de Dutra. A última, deixar que o próprio general decidisse o que deveria ser feito, para pacificar o país e impedir um possível derramamento de sangue” (Lira Neto, 2013, p. 486). Ressalte-se que esta é a versão de Dutra, Vargas tem a sua própria.

^v Para este teórico da história política, “O acontecimento é a derrota de uma certa racionalidade, mas nem por isso é a confusão da inteligência. O acontecimento, e com mais razão ainda a crise, que é um paroxismo do acontecimento, tem também a característica de ser irreversível; eles modificam irremediavelmente o curso das coisas” (Rémond, 1996, p. 449).

^{vi} Do êxito revolucionário de 1930 a 1934, líder do Governo Provisório; de 1934 a 1937, presidente constitucional, eleito pela Assembleia Nacional Constituinte; de 1937 a 1945 presidente discricionário do Estado Novo; por fim, de 1951 a 1954, eleito pelo voto direto, presidente constitucional sob a vigência da Carta Magna de 1946, até o suicídio, cometido em exercício.

^{vii} Ver, por exemplo, artigo de Campos publicado na revista *Vida*, n. 22, jan. de 1936. A *Carta del Lavoro* foi um documento programático simbólico redigido em 1927 por Alfredo Rocco, Carlo Costamagna e Giuseppe Bottai, importantes intelectuais no processo de formação do fascismo italiano (cf.: Moraes, 2022).

^{viii} Estes órgãos representativos tais como os do Poder Legislativo, para que tivessem sido implementados antes, teriam dependido da ratificação da Constituição por meio de plebiscito popular, que jamais aconteceu.

^{ix} As leis eleitorais do período permitiam a candidatura e eleição para diferentes cargos e em diferentes estados. O único limite era que só se poderia assumir um cargo. Vargas optou pelo de senador do Rio Grande do Sul.

^x Nossa hipótese é a de que, caso Roosevelt não tivesse falecido no início do seu quarto mandato como presidente dos Estados Unidos, Berle Jr. não teria agido sozinho no caso do discurso no Sindicato dos Jornalistas.